ISSN: 2358-8829

DESAFIOS INTERSETORIAIS NO ATENDIMENTO A ESTUDANTES PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: EVIDÊNCIAS DE UM CENSO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM SANTA CRUZ-PB

Nadi Pereira Alves [1]
Francisco Vinicius Ferreira Gomes [2]
Virginia Alves Sarmento [3]
Jessica Duarte Ribeiro Vieira [4]
Mateus Lima Vieira [5]

INTRODUÇÃO

Garantir a matrícula de uma criança com deficiência e/ou transtornos do desenvolvimento em uma escola garante um direito básico de acesso à educação, mas por si só não é suficiente para garantir que ela possa ser incluída realmente no ambiente escolar. Para que esse direito aconteça de verdade, é necessário considerar as condições que ajudam a aprendizagem, o desenvolvimento, a participação e a permanência dos estudantes, incluindo o acesso aos serviços de saúde, à proteção social e às redes de apoio. Nesse sentido, a intersetorialidade constitui uma dimensão importante das políticas inclusivas, que reconheçe que as necessidades dos estudantes e de suas famílias não se restringem ao espaço escolar.

Pletsch, Sá e Mendes (2021) entendem a intersetorialidade como uma base importante para a educação inclusiva, destacando a necessidade de relacionar a escola pública às demais políticas sociais. Silva *et al*. (2022) falam sobre os desafios dessa articulação no cuidado de crianças com deficiência, apontando a importância de superar dificuldades na organização dos serviços e na relação entre profissionais. Santos (2024),

[1] Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba- UFPB, nadipereira10@gmail.com;
[2] Graduação em Psicologia pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, viniciusfergomes@hotmail.com;
[3] Mestre em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, vivi-sarmento@hotmail.com;
[4] Graduanda em Engenharia Civil da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, arquiteta.jessicavieira@gmail.com;
[5] Mestre em Gestão das Organizações Aprendentes da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, vieira.mateus.adm@gmail.com.

por sua vez, relaciona educação inclusiva, Atendimento Educacional Especializado e intersetorialidade à garantia dos direitos sociais dos estudantes com deficiência. Juntos, esses estudos mostram que a inclusão escolar precisa de ações coordenadas que considerem as necessidades dos estudantes para além do espaço educativo.

Nesse contexto, conhecer as condições socioeconômicas das famílias e as barreiras enfrentadas no acesso aos atendimentos especializados é importante para identificar os desafios da inclusão e subsidiar o planejamento das políticas públicas. Este artigo estuda os dados os dados do Censo da Educação Inclusiva, no município de Santa Cruz-PB, com foco nas necessidades de atendimento dos estudantes público-alvo da educação especial, nas barreiras de acesso aos serviços de saúde e nas demandas das famílias relacionadas à união entre políticas públicas.

A pesquisa teve caráter descritivo, com abordagem quantitativa e qualitativa, e foi realizada entre março e junho de 2025, mediante aplicação voluntária de questionários às famílias. O levantamento considerou 49 estudantes laudados com deficiência e/ou transtornos do desenvolvimento, em uma rede municipal com 715 matrículas, e investigou condições socioeconômicas, acesso a benefícios sociais, serviços de saúde, terapias especializadas e desafios vivenciados pelas famílias. O objetivo geral foi investigar os principais desafios enfrentados pelas famílias de estudantes com deficiência e/ou transtornos do desenvolvimento matriculados na rede municipal de ensino de Santa Cruz-PB.

Os resultados evidenciaram vulnerabilidades socioeconômicas, dificuldades de acesso a terapias especializadas e medicamentos e a existência de estudantes com necessidades de atendimento que não estavam sendo plenamente contempladas. As respostas das famílias também apontaram demandas por ampliação dos serviços, profissionais especializados, transporte e fortalecimento dos apoios educacionais e socioassistenciais. A pesquisa, portanto, reforça a importância da articulação entre Educação, Saúde e Assistência Social, indicando que a inclusão escolar exige responsabilidades compartilhadas e ações coordenadas.

METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, de abordagem predominantemente quantitativa, com análise complementar de respostas abertas,

aplicadas às famílias por uma equipe multidisciplinar na rede municipal de ensino de Santa Cruz-PB. A participação foi voluntária, mediante concordância e assinatura do termo de consentimento.

A amostra considerada no recorte do censo compreende em 49 estudantes laudados com deficiência e/ou transtornos, em uma rede municipal que contabilizava 715 matrículas. As informações estudadas neste artigo referem-se especialmente às respostas das famílias sobre a renda, necessidade e acesso a tratamentos, serviços de saúde utilizados, acompanhamento e reavaliação, uso e acesso a medicamentos, despesas com atendimentos privados e desafios enfrentados no cotidiano familiar.

A análise dos dados quantitativos foi realizada por meio da organização das frequências e proporções. As respostas abertas foram examinadas de forma descritiva, considerando os temas recorrentes relacionados às necessidades de atendimento, às dificuldades de acesso e às demandas dirigidas aos setores de Saúde, Social e Educação. Os resultados são apresentados de maneira agregada e devem ser compreendidos como evidências do contexto municipal investigado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No que se refere ao perfil socioeconômico das famílias participantes, os resultados mostraram condições expressivas de vulnerabilidade econômica. Verificou-se que mais de 75% das famílias possuíam renda de até um salário mínimo e que 59,2% eram beneficiárias do Programa Bolsa Família. Tais condições assumem relevância para a discussão da educação inclusiva, uma vez que a restrição de recursos financeiros pode representar uma barreira à aquisição de medicamentos, ao custeio de deslocamentos e à continuidade dos tratamentos e acompanhamentos necessários aos estudantes. Nesse sentido, os achados conversam com as considerações de Pletsch, Sá e Mendes (2021), que destacam a importância de compreender a inclusão escolar em articulação com as desigualdades sociais e as reais condições dos estudantes e de suas famílias.

No âmbito da Assistência Social, identificou-se que 30,6% dos estudantes participantes recebiam o Benefício de Prestação Continuada (BPC), enquanto apenas 14,3% estavam inseridos no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Embora o acesso ao BPC esteja sujeito a critérios específicos de elegibilidade, a baixa participação no SCFV destaca a relevância de investigar possíveis barreiras de

acesso aos serviços socioassistenciais. Esses resultados associam-se a fala de Santos (2024), ao evidenciar que a inclusão requer não apenas o reconhecimento dos direitos sociais, mas também condições reais para sua concretização.

Sobre o atendimento especializado, os dados do censo apontaram que, das 49 famílias participantes, 46 relataram necessidade de tratamento, sendo que 33 estudantes recebiam acompanhamento e 13 não tinham apoio. Entre as terapias, a psicoterapia foi indicada para 37 estudantes, com acesso para 16 (43%); a psicopedagogia, para 29, com acesso para 10 (34%); a fonoaudiologia, para 23, com acesso para oito (35%); e a terapia ocupacional, para 16, com acesso para três (19%). No acompanhamento psiquiátrico, a cobertura foi de 70%, embora sete estudantes permanecessem sem acesso. Quanto às reavaliações, 25 estudantes haviam passado por avaliação médica recente, dez tinham sido avaliados pela última vez em 2024 e sete não possuíam registro. Esses dados evidenciam diferenças entre as necessidades relatadas e o acesso aos atendimentos, em diálogo com Silva *et al*. (2022), que discutem os desafios da articulação intersetorial no cuidado de crianças com deficiência.

Em relação aos percursos de atendimento, 44,9% dos estudantes recebiam tratamento exclusivamente pelo SUS, 16,3% pela rede privada, 2% por ambas e 36,7% não realizavam terapias. Nove famílias informaram despesas com consultas privadas, com valores entre R$ 350 e R$ 1.300 e mediana de R$ 500. Quanto aos serviços públicos, 14 estudantes eram atendidos pelo CER IV, 11 pelo CAPS, cinco pela policlínica municipal e dois pela UBS; 25 apresentavam pendências no CER IV. Os resultados indicam barreiras de acesso e continuidade, reforçando a importância da articulação entre serviços e políticas públicas, conforme discutem Pletsch, Sá e Mendes (2021).

Sobre o uso de medicamentos, 34 estudantes necessitavam de medicação, dos quais 30 estavam em uso e quatro tiveram o uso interrompido por iniciativa familiar; dez não necessitavam e cinco famílias não responderam. Foram registradas 23 indicações de antipsicóticos, dez de antidepressivos, nove de estimulantes e cinco de estabilizadores de humor ou anticonvulsivantes. Quanto ao acesso, 17 famílias relataram não enfrentar dificuldades e outras 17 apontaram problemas relacionados ao fornecimento, custo ou irregularidade; cinco respostas não apresentaram informação. Entre os registros de despesas, 36% correspondiam a valores entre R$ 100 e R$ 200, havendo também gastos superiores a R$ 300 e um caso acima de R$ 500. Essas informações evidenciam que o

acesso aos medicamentos constitui uma dimensão importante das necessidades de cuidado e da garantia de direitos, conforme a perspectiva de Santos (2024).

Nas respostas abertas, destacaram-se demandas relacionadas ao comportamento e à regulação emocional (17 menções), às questões sociais e emocionais familiares (12) e à autonomia, aprendizagem e desenvolvimento (11). O acesso a tratamentos especializados e serviços de apoio foi citado 35 vezes, seguido por medicamentos (nove), apoio educacional e aprendizagem (cinco) e transporte (três). As críticas e sugestões somaram 18 menções para a Saúde e 11 para a Educação. As famílias solicitaram ampliação das terapias, profissionais especializados, apoio no acesso a medicamentos e transporte, além de melhorias na comunicação com a escola, materiais adaptados e atividades de apoio. As demandas evidenciam a necessidade de respostas articuladas entre Educação, Saúde e Assistência Social, em consonância com a discussão de intersetorialidade apresentada por Pletsch, Sá e Mendes (2021) e Silva *et al*. (2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados do Censo da Educação Inclusiva de Santa Cruz-PB evidenciou desafios enfrentados pelas famílias de estudantes com deficiência e/ou transtornos do desenvolvimento no acesso a serviços de saúde e atendimentos especializados. Entre os principais resultados, destacam-se a existência de estudantes que necessitam de tratamento, mas não contam com acompanhamento; as diferenças entre a demanda por terapias e o acesso informado; as pendências relacionadas a serviços especializados; e as dificuldades relatadas quanto ao acesso a medicamentos.

O levantamento também apontou que as famílias recorrem a diferentes modalidades de atendimento, incluindo serviços públicos e privados, e que algumas assumem despesas com consultas e medicamentos. As respostas abertas indicaram demandas por ampliação de terapias, profissionais especializados, transporte, medicamentos e apoios educacionais. Esses achados demonstram que as necessidades dos estudantes não se restringem ao espaço escolar e envolvem diferentes políticas públicas.

Nesse sentido, é reforçado que a intersetorialidade das políticas púplicas de forma sistematizada constitui uma proporção relevante para a garantia dos direitos sociais e para o fortalecimento da educação inclusiva. A escola pode contribuir para o reconhecimento

das demandas e para o diálogo com as famílias e os serviços, sem substituir as atribuições dos demais campos de atendimento.

Por se tratar de um levantamento descritivo de âmbito municipal, os resultados devem ser interpretados considerando o contexto e as informações disponibilizadas pelo censo. Ainda assim, constituem subsídios para o planejamento local, para a identificação de lacunas na oferta de serviços e para a reflexão sobre formas de aprimorar a articulação entre as políticas públicas. É importante destacar que nosso levantamento não avaliou diretamente os mecanismos de comunicação existentes entre os serviços municipais. Entretanto, as necessidades identificadas justificam o fortalecimento dessa articulação e a realização de estudos complementares.

Palavras-chave: Educação inclusiva, Políticas intersetoriais, Vulnerabilidade social, Terapias especializadas, Políticas públicas.

REFERÊNCIAS

SILVA, Lenir Nascimento da *et al*. Desafios à intersetorialidade no cuidado das crianças com deficiência na perspectiva de profissionais da educação. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 38, n. 8, e00256021, 2022.

PLETSCH, Márcia Denise; SÁ, Miriam Ribeiro Calheiros de; MENDES, Geovana Mendonça Lunardi. A favor da escola pública: a intersetorialidade como premissa para a educação inclusiva. **Revista Teias**, v. 22, n. 66, 2021.

SANTOS, Jandira Dantas dos. Educação inclusiva, atendimento educacional especializado, intersetorialidade: os direitos sociais do estudante com deficiência. **Revista Psicopedagogia**, v. 41, n. 124, p. 104–114, 2024.

SANTA CRUZ (PB). Secretaria Municipal de Educação. Relatório do Censo da Educação Inclusiva da Rede Municipal de Ensino de Santa Cruz-PB: ano de realização 2025. Santa Cruz, PB: **Secretaria Municipal de Educação**, 2025. Relatório de pesquisa.